

Nominalizações em *-ada* em Construções com o Verbo Leve *dar* em Português Brasileiro¹

Ana Paula Scher

USP



Introdução

A pesquisa recente sobre a formação de palavras vem argumentando, empírica e teoricamente, em favor da existência de um único componente na gramática para a formação de palavras e sentenças. Em particular, trabalhos desenvolvidos dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída, tais como Halle & Marantz (1993), Marantz (1997, 2001), Arad (2003) e muitos outros, assumem uma visão do fenômeno de acordo com a qual a computação de palavras e sentenças ocorre na sintaxe.

Este trabalho usa a Morfologia Distribuída para discutir as construções com verbos leves (CVLs) no português do Brasil (PB), envolvendo o verbo *dar* e nominalizações em *-ada*.² Assumo, com

¹ Agradeço a todos os participantes do Workshop on Morphosyntax, realizado em Buenos Aires, de primeiro a dois de julho de 2004, e também aos participantes do 1º Colóquio Internacional sobre o Português, realizado em Florianópolis de 3 a 5 de Novembro de 2004, por seus comentários e perguntas sobre a versão deste trabalho apresentada nesses encontros. Agradeço, ainda, a dois pareceristas anônimos por seus comentários e sugestões. Eles contribuíram sobremaneira para a solução de muitos dos problemas do texto. Os que permanecem são de minha inteira responsabilidade.

² Neste trabalho não tratarei das restrições para a formação de uma CVL que podem ser atribuídas à Aktionsart da predicação em questão. Também não discutirei o papel do indefinido *uma* que precede a nominalização em *-ada*. Embora representem propriedades importantes das CVLs, essas duas questões já foram amplamente discutidas em Scher (2004). Na realidade, uma discussão mais recente sobre a Aktionsart do predicado representado pela nominalização na CVL foi apresentada no XIX ENANPOLL, realizado em Maceió, Brasil, de 28 de Junho a 2 de Julho de 2004, e será publicada em um artigo intitulado “Categorias aspectuais e as construções com o verbo leve *dar*” no número 2 da Revista do GEL, editada pelo Grupo de Estudos

Marantz (1997), que raízes são acategoriais e que é a sua combinação com projeções nominais, verbais ou adjetivais que resulta na formação de nomes, verbos e adjetivos, respectivamente. Também assumo, com Arad (2003), que há uma distinção entre formação de palavras a partir de raízes e formação de palavras a partir de outras palavras. No segundo caso, haverá sempre uma dependência fonológica e semântica entre a palavra derivada e aquela da qual ela deriva. Seguindo a mesma autora e Marantz (2001), eu sugiro, finalmente, que o primeiro núcleo categorial que se associa à raiz cria uma fase. Com base nessas suposições, argumento que as restrições aspectuais a que as CVLs estão sujeitas decorrem da arquitetura funcional em que elas ocorrem. Além disso, também proponho que a possibilidade, empiricamente comprovada, de ocorrência de realizações fonéticas idênticas para nominalizações em *-ada* em estruturas superficiais semelhantes, resultando em sentenças com interpretações distintas pode ser explicada assumindo-se uma derivação estrutural diferente para cada tipo de nominalização em *-ada*.

Este trabalho se organiza da seguinte maneira: Na seção 2, apresento os fatos relevantes sobre os dois tipos diferentes de nominalizações em *-ada* que podem ocorrer em CVLs do PB³ e esquematizo, brevemente, uma proposta para sua representação sintática. Em seguida, na seção 3, discuto a relação entre raízes e categorias sintáticas no contexto das nominalizações em *-ada* nas construções sob análise aqui. Em particular, com base na discussão em Arad (2003), aponto alguns fatos que me permitem desenvolver e justificar a proposta apresentada na seção 2, no que concerne à presença de uma categoria verbal na estrutura dessas nominali-

Linguísticos de São Paulo. O referido trabalho sugere que a formação da CVL é restringida por traços temporais de estaticidade e telicidade intrínseca: por um lado, a restrição sobre o traço estaticidade explica a impossibilidade de ocorrência de CVLs com verbos que denotam estados. Por outro, um tipo especial de telicidade dá conta da má formação de CVLs com alguns verbos que denotam eventualidades do tipo de *achievement*.

- ³ Basílio (1999) argumenta que as CVLs com nominalizações em *-ada* só podem ser formadas quando o verbo nominalizado admitir um particípio regular. Entretanto, os dados em Scher (2004) mostram que, mesmo com uma nominalização em *-ada* derivada de um verbo que tenha morfologia irregular para o particípio, é possível formar uma CVL com *dar*, se as exigências quanto à categoria aspectual do predicado forem observadas e se houver morfologia para indicar diminutivização. O fato é que o sufixo *-ada* ocorre muito freqüentemente nos processos de nominalização em PB. Gramáticos como Celso Cunha e Lindley Cintra já identificaram pelo menos oito significados diferentes para ele. Neste trabalho, me concentro nos casos em que a nominalização em *-ada* ocorre com uma versão leve do verbo *dar*. Assim, sentenças tais como *Maria deu uma cervejada na casa dela* não serão discutidas aqui: *dar*, nessa sentença não é um verbo leve, mas significa o mesmo que *oferecer*.

zações. A seção 4 traz outros fatos sobre os dois tipos de nominalizações nas CVLs que reforçam a diferença entre eles. Na mesma seção, mostro que a proposta apresentada na seção 2 pode dar conta desses novos dados e, na seção 5, apresento minhas conclusões.

Dois tipos gerais de nominalizações em *-ada* no PB

Construções com o verbo leve *dar* em PB podem ser de dois tipos gerais, como foi descrito em Scher (2004).⁴ Um deles é representado pelas sentenças em (1a), (2a) e (3a) e, geralmente, se associa à denotação de uma eventualidade⁵ interpretada como diminutivizada (num sentido a ser esclarecido adiante), se comparada à eventualidade denotada pela sentença com um verbo pleno derivado da mesma raiz da qual se origina a nominalização em *-ada* na CVL.⁶ Os exemplos com verbos plenos em (1b), (2b) e (3b) apontam para a estreita relação entre as eventualidades denotadas por essas sentenças e aquelas denotadas pelas CVLs em (1a), (2a) e (3a).

- (1) a. O João deu uma lida no artigo.
b. O João leu o artigo.
- (2) a. O João deu uma martelada no prego.
b. O João martelou o prego na parede.
- (3) a. O João deu uma remada até a margem.
b. O João remou até a margem.

A sentença em (1a) é a expressão de uma eventualidade que pode ter se desenvolvido rapidamente, incompletamente ou, até mesmo, descuidadamente; o leitor não leu o artigo em detalhes. O exemplo em (2a) é interpretado como se o João tivesse batido no prego uma vez. Finalmente, (3a) denota uma eventualidade que se desenvolveu rapidamente. As interpretações de eventualidades diminutivizadas, descritas para (1a), (2a) e (3a) sugerem que os

⁴ Para definir os tipos de CVLs, Scher (2004) lança mão de um critério fundamental, de acordo com o qual as CVLs se distinguem por permitirem ou não a interpretação de eventualidade diminutivizada. Esse trabalho vai mostrar a necessidade de um segundo critério para o estabelecimento dos diferentes tipos de CVLs, já que, entre as que admitem a interpretação de diminutivização, há as que se constroem com nominalizações dependentes da existência nomes correspondentes e as que não apresentam essa restrição.

⁵ Seguindo Bach (1986) e Parsons (1990:20), uso este termo como representante das três categorias principais de situações descritas por expressões lingüísticas, nomeadamente eventos, estados e atividades.

⁶ Para Diesing (1998), as CVLs do iídiche também apresentam uma interpretação aspectual especial.

efeitos de incompletude, de singularização ou de falta de cuidado, observáveis nas CVLs com *dar* no PB podem ser considerados sub-casos do efeito geral de diminutivização captado em eventualidades denotadas por essas construções.⁷

O segundo tipo de CVLs, de natureza um pouco diferente do que acabei de descrever, envolve sentenças como (4a) e (4b), que denotam, canonicamente, eventos singulares de atingir alguém ou alguma coisa com um objeto específico, um martelo, no caso de (4a), e um remo no caso de (4b):

- (4) a. O João deu uma martelada no ladrão.
- b. O João deu uma remada no ladrão.

A correspondência observada entre (1a), (2a) e (3a), de um lado e (1b), (2b) e (3b), respectivamente, de outro, não tem paralelo para o tipo de CVL visto em (4a) e (4b). Em outros termos, essas sentenças não podem ser consideradas correspondentes aos exemplos em (5a) e (5b).

- (5) a. *O João martelou o ladrão.
- b. *O João remou o ladrão.

Na realidade, (5a) e (5b) não são sentenças bem formadas em PB, se a leitura esperada para elas for semelhante a que se tem para (4a) e (4b). O que se tem, então, é que (4a) e (4b) não podem ser interpretadas como expressões de eventualidades diminutivizadas na comparação com as eventualidades que poderiam ser denotadas por (5a) e (5b), se tais exemplos fossem possíveis.⁸

⁷ Apesar da estreita relação entre as eventualidades denotadas pelas sentenças (a) e (b) nos exemplos de (1) a (3), eu não diria que a relação semântica que se mantém entre cada par (a-b) naqueles exemplos seja de acarretamento. Se uma sentença X acarreta uma sentença Y, Y será necessariamente verdadeira se X for verdadeira. Esse não é sempre o caso para a relação entre as sentenças (a) e (b) nos exemplos considerados. O fato de uma sentença como *O João deu uma lida no artigo* ser verdadeira não garante a verdade de outra como *O João leu o artigo*. É possível dizer, por exemplo, *Eu só dei uma lida no artigo: pra dizer que eu li, falta ainda muita coisa*. Esse exemplo mostra que a verdade da CVL não garante, necessariamente, a verdade de sua paráfrase com um verbo pleno. Em outras palavras, a CVL não acarreta sua paráfrase com verbo pleno.

⁸ A impossibilidade de que (4a) e (4b) sejam expressões de uma eventualidade diminutivizada não se deve apenas ao fato de que as nominalizações nessas sentenças não têm correspondentes verbais. Mesmo assumindo que tais nominalizações denotam eventualidades de *atingir alguém ou alguma coisa com o instrumento relevante*, como foi apontado em Scher (2004), é impossível interpretá-las como uma diminutivização da eventualidade de *atingir*. Para obter uma interpretação semelhante a essa, a

Assim, apesar de superficialmente semelhantes, as sentenças em (2a) e (4a) e aquelas em (3a) e (4b) têm interpretações diferentes. A leitura aspectual de diminutivização é claramente observada em (2a) e (3a), mas não em (4a) e (4b). Neste trabalho, eu atribuo essa diferença à nominalização presente em cada uma dessas sentenças e tento captar a distinção entre elas em termos de uma diferença em suas estruturas internas.

Com base em Alexiadou (2001), proponho que as nominalizações em *-ada* em (1a), (2a) e (3a) se representem por uma estrutura sintática que apresenta uma projeção verbal e uma projeção aspectual. A projeção aspectual, no entanto, não está presente na representação das nominalizações em *-ada* de (4a) e (4b). A projeção verbal garante a interpretação de eventualidade para os dois tipos de nominalização e a projeção aspectual se justifica para (1a), (2a) e (3a), no caso do PB, pela interpretação aspectual especial que tais nominalizações trazem para as CVLs em que ocorrem. A ausência dessa projeção na representação das nominalizações em *-ada* em (4a) e (4b) explica a impossibilidade de atribuir às CVLs em que elas ocorrem a interpretação de eventualidades diminutivizadas.

Raízes, categorias sintáticas e nominalizações em *-ada* em CVLs

Nesta seção, apresento alguns fatos sobre as nominalizações em *-ada* em CVLs com *dar* do PB que me levaram a propor que elas podem exibir três estruturas diferentes, conforme a sua interpretação aspectual e também conforme dependam ou não da existência de um nome correspondente.

Parto da hipótese de que a distinção entre os dois tipos de nominalização apresentados na seção 2 resulta de diferentes processos de formação de palavras. Investigo, para as nominalizações em *-ada*, a proposta apresentada em Arad (2003) de que algumas palavras se formam de raízes e algumas outras se formam de outras palavras. O contraste observado na comparação entre as tabelas (6) e (7) sugere que essa proposta pode se sustentar. Todas as nominalizações na última linha da tabela (6) podem aparecer em CVLs semelhantes a (1a), (2a) e (3a), que admitem a interpretação de eventualidade diminutivizada. As que aparecem na tabela (7) ocorrem em CVLs do tipo apresentado em (4a) e (4b), cuja interpretação não envolve o efeito de diminutivização. As nominaliza-

presença do sufixo diminutivo associado ao que venho chamando de item de polaridade diminutiva se faz necessária. (Cf. seção 4 abaixo).

ções na tabela (6) se formariam a partir de seus verbos correspondentes, que poderiam, numa primeira análise, derivar diretamente de suas raízes ou de nomes derivados da mesma raiz. A interpretação de diminutivização se aplica naturalmente a todas as nominalizações da tabela (6). Quanto às nominalizações da tabela (7), pode-se dizer que se formariam a partir de uma categoria verbal com um núcleo nulo que toma, necessariamente, como complemento uma categoria nominal que domina a raiz. A interpretação de diminutivização não está presente nesses casos.

(6) tipo 1 de nominalizações em -ada

√raiz	√fac	√pu-nhal	√cabeç	√pedr	√cor-rent	√mar-tel	√rem
Nome	faca	punhal	cabeça	pedra	corrente	martelo	remo
Verbo	esfaquear	apunhalar	cabecear	apedrejar	acorrentar	martelar	remar
-ada.	esfaqueada	apunhalada	cabeceada	apedrejada	acorrentada	martelada	remada

(7) tipo 2 de nominalizações em -ada

√raiz	√fac	√pu-nhal	√cabeç	√pedr	√cor-rent	√mar-tel	√rem
Nome	faca	punhal	cabeça	pedra	corrente	martelo	remo
Verbo	—	—	—	—	—	—	—
-ada.	facada	punhalada	cabeçada	pedrada	correntada	martelada	remada

A maioria das nominalizações da tabela (6) exhibe afixos verbais. Assim, a presença dos prefixos verbais *es-* e *a-* em *esfaqueada* e *apunhalada*, *apedrejada* ou *acorrentada*, respectivamente, bem como a presença dos sufixos verbais *-ear* e *-ejar* em *cabeceada* e *apedrejada*, respectivamente, poderiam ser evidências da origem verbal dessas nominalizações em -ada. O fato de que nenhum prefixo ou sufixo aparece em *martelada* ou *remada* decorre naturalmente do fato de

que os próprios verbos *martelar* e *remar* não exibem afixos, a não ser o de infinitivo.

Entretanto, a análise parece problemática, quando se considera que, embora não haja verbos a partir dos quais se possam derivar as nominalizações em *-ada* da tabela (7), todas elas podem ser interpretadas como eventualidades. Em outras palavras, a existência de *facada* ou *punhalada* depende da existência de uma eventualidade em que alguém atinge alguém (ou alguma coisa) com uma faca ou um punhal. O mesmo se aplica a todas as nominalizações na tabela (7): a existência de *pedrada*, *correntada*, *martelada* e *remada* depende da existência de uma eventualidade em que alguém atinge alguém (ou alguma coisa) com uma pedra, uma corrente, um martelo ou um remo, respectivamente; por sua vez, a existência de *cabeçada* depende da existência de uma eventualidade em que alguém bate a cabeça contra alguma outra pessoa, coisa ou lugar.

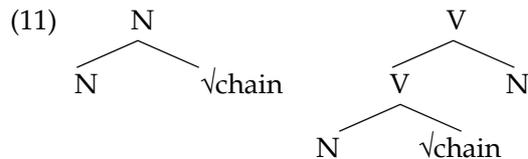
Assim, a interpretação de nominalizações em *-ada* parece revelar fatos intrigantes sobre sua dependência dos elementos formais dos quais derivam essas nominalizações. Tais fatos precisam ser descritos e discutidos e essa discussão será feita, neste trabalho, com base em Arad (2003). Essa autora sugere que os verbos do inglês que se relacionam com nomes através de um morfema zero não formam um grupo uniforme: tanto podem derivar diretamente da raiz, quanto podem derivar do próprio nome. Essa proposta se fundamenta na observação presente em Kiparsky (1982) de que verbos desse tipo estabelecem relações diferentes com os nomes com os quais se relacionam através do morfema zero. Por causa dessa diferença, esse grupo de verbos pode ser dividido em dois subgrupos: em um deles estariam os verbos que acarretam a existência do nome correspondente; no outro, aqueles que não dependem do nome correspondente.⁹ Assim, verbos tais como *tape*, *chain*, *button* ou *screw* acarretam a existência dos nomes *tape*, *chain*, *button* e *screw*, respectivamente. Por outro lado, verbos como *paddle*, *string*, *anchor* e *hammer* não dependem, necessariamente, da existência dos nomes *paddle*, *string*, *anchor* ou *hammer*, respectivamente. Arad afirma, por exemplo, que *hammer* não significa ‘bater com um martelo’, mas antes, ‘bater com uma superfície plana de um objeto sólido’: (8) e (9)¹⁰ confirmam a interpretação sugerida:

⁹ Embora um dos pareceristas tenha sugerido que eu falasse em “verbos que acarretam a existência do referente do nome correspondente” em lugar de falar em “verbos que acarretam a existência do nome correspondente”, mantenho a formulação original, que foi proposta por Kiparski (1982) e se mantém em Arad (2003).

¹⁰ Os exemplos (8), (9), (10) e (11) são, respectivamente, os exemplos (23b), (22a), (24) e (25) em Arad (2003).

- (8) *They chained the prisoner with a rope.
 (9) He hammered the nail with a rock.

Tanto Kiparsky, quanto Arad assumem que verbos que não acarretam a existência de nomes correspondentes são independentemente derivados da raiz comum ao verbo e ao nome (10). Aqueles que acarretam a existência do nome correspondente se formam a partir do nome que, por sua vez, deriva da raiz comum aos dois (11).



De acordo com Arad, a presença de uma projeção nominal entre a raiz e a categoria verbal, como em (11), impede qualquer tipo de acesso do verbo à raiz. A autora explica esse fato, formulando o princípio em (12), que restringe as interpretações possíveis para as raízes em diferentes domínios:

- (12) Locality constraint on the interpretation of roots:
 “Roots are assigned an interpretation in the environment of the first category-assigning head with which they are merged. Once this interpretation is assigned, it is carried along throughout the derivation”.¹¹

Esse princípio decorre naturalmente da proposta, em Marantz (2001), de que o primeiro núcleo funcional que determina a categoria sintática também determina a fronteira de um domínio cíclico, ou uma “fase”, conforme Chomsky (1999). Toda vez que um núcleo funcional “x” se associa a uma raiz, ele fecha um ciclo e a categoria da qual ele é o núcleo é enviada para LF e PF para in-

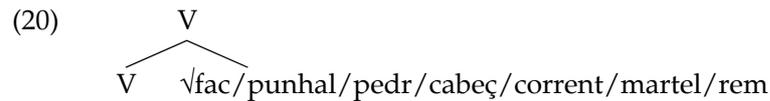
¹¹ “Raízes são interpretadas no domínio do primeiro núcleo categorial ao qual se associam. Uma vez definida essa interpretação, ela se mantém ao longo da derivação.” (minha tradução)

interpretação fonética e semântica. Nesse ponto da derivação, o significado da raiz é estabelecido e, mesmo que um outro núcleo funcional tome a categoria xP como complemento, ele não vai poder estabelecer outro significado para a raiz. De acordo com Marantz (2001), o núcleo que toma xP como complemento só poderá ver os traços de “x” localmente. Isso quer dizer que os traços da raiz que se associou a “x” não são acessíveis para o segundo núcleo funcional que entra na derivação de uma palavra. Em outros termos, palavras que derivam de outras palavras não podem acessar os traços da raiz da qual derivam.

Se esses processos de formação de palavras são universais, então o PB também terá verbos que acarretam a existência de nomes correspondentes, bem como outros que não sustentam esse acarretamento. Os dados abaixo, retirados de páginas da internet, sugerem que nenhum dos verbos da tabela (6) acarreta a existência de um nome correspondente, já que todos eles podem ser usados independentemente do nome derivado da mesma raiz.

- (13) ‘(...) que o esfaqueou com um punhal envenenado.’
- (14) ‘Ibn-e-Muljim o apunhalou com uma espada envenenada.’
- (15) ‘(...) uma tempestade que apareceu e desapareceu repentinamente no meio do dia ensolarado e nos apedrejou com muito granizo.’
- (16) ‘Lembro-me perfeitamente das várias vezes em que íamos ao campo jogar bola e tentava me fazer aprender a cabecear com a testa.’
- (17) ‘Prometheus foi acorrentado com grilhões inextricáveis.’
- (18) ‘Ineficaz por não apresentar resultados satisfatórios, como tentar martelar um prego com uma esponja de banho.’
- (19) ‘É feio, horrível e ridículo remar com o pé da frente.’

Isso quer dizer que todos esses verbos são derivados diretamente de suas raízes e, portanto, podem acessar suas propriedades, já que a restrição de localidade para a interpretação de raízes é respeitada. Suas representações seguem o padrão da estrutura em (10) e o próximo núcleo funcional que entrar na derivação só poderá ver as propriedades do verbo já formado, não sendo capaz de acessar os traços de sua raiz.

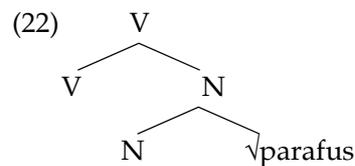


A mesma estrutura pode ser proposta para verbos como *tos-sir*, *pular*, *beijar* e outros, que derivam diretamente de suas raízes. Arad justifica a derivação inicial de verbos nesses casos dizendo que a existência de seus nomes correspondentes depende semanticamente da existência do verbo. A autora afirma que um *beijo* é o resultado de uma eventualidade de *beijar*. Assim, a estrutura em (20) pode ser usada para representar os verbos acima também.

Verbos que acarretam a existência de um nome correspondente também ocorrem no PB, embora pareçam ser bem menos frequentes. O exemplo em (21) mostra a impossibilidade de co-ocorrência entre um verbo desse subgrupo e um nome derivado de uma raiz diferente:

(21) *Ele **parafusou** aquele quadro na parede **com um prego**.

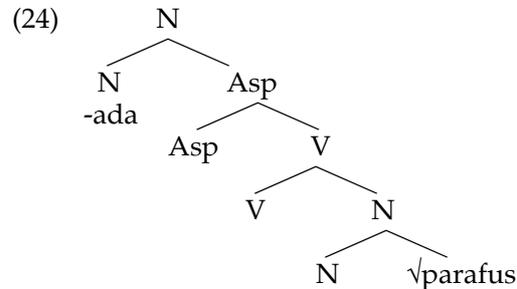
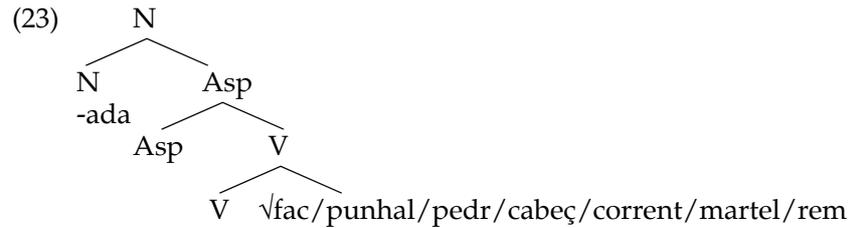
Isso sugere que esse verbo acarreta a existência do nome correspondente. Sua representação será, então, como (22), seguindo o padrão em (11), que deriva um N antes de um V:



Nesse caso, o verbo propriamente dito fica impedido de acessar as propriedades da raiz, um privilégio da categoria nominal, cujo núcleo se associou à raiz em primeiro lugar, determinando os limites de uma fase. Como consequência, todos os outros núcleos funcionais que entrarem na derivação depois do primeiro N só poderão acessar as propriedades das categorias já formadas que eles tomarem como complemento: mais uma vez, as propriedades idiossincráticas da raiz já não estarão acessíveis a tais núcleos.

Os dois tipos de verbos formam nominalizações em *-ada*, através de uma categoria N, que deverá entrar na derivação acima da categoria V. Isso garante a interpretação de eventualidade própria dessas nominalizações. Além da projeção verbal, a estrutura da nominalização em *-ada* terá de exibir uma projeção aspectual que contenha traços associados às propriedades semânticas das eventualidades denotadas. Essa projeção será, assim, responsável pela interpretação de eventualidade diminutivizada que é típica das CVLs em que tais nominalizações ocorrem. Assim, nominalizações como *esfaqueada*, *apunhalada*, *apedrejada*, *cabeceada*, *acorrenta-*

da, *martelada* ou *remada* se representariam como em (23). As do tipo de *parafusada* se representariam pela estrutura em (24):¹²



Em (23), a categoria verbal que domina a raiz fecha a fase e negocia o significado da raiz nesse contexto. Esse é o significado que a raiz vai assumir durante toda a derivação, não importando quantas categorias, funcionais ou não,¹³ possam vir a entrar na derivação depois dessa categoria verbal. Em (24), por outro lado, é a categoria nominal que domina a raiz que determina a primeira fase e negocia o significado da raiz em contexto nominal. O significado do resto da derivação será, então, crucialmente dependente do que se estabeleceu dentro dessa projeção nominal.

No contexto das nominalizações em *-ada* no PB, pode-se dizer que aquelas que foram apresentadas e discutidas até este ponto do trabalho sempre serão interpretadas de acordo com o seu verbo

¹² Para alguns falantes, (21) não é mal formada. Esse falantes, provavelmente, separarão as nominalizações em *-ada* em dois grupos homogêneos, mas distintos: um deles conterá todas as nominalizações para as quais o efeito de diminutivização se aplica naturalmente; o outro se formará pela nominalizações para as quais tal efeito não se aplica. Todos os membros do primeiro grupo serão representados pela estrutura em (23), enquanto os do segundo grupo se representarão por (24). Assim, para esses falantes, haverá apenas duas representações pra as nominalizações em *-ada*, e não três, como sugerido nesse trabalho.

¹³ Agradeço ao comentário de um dos pareceristas anônimos, que me alertou para a importância de mencionar que o acesso à interpretação da raiz, negociado na primeira fase, é vedado também às categorias lexicais, e não somente às funcionais, que entrem na derivação depois que essa interpretação é determinada.

correspondente: no caso da representação em (23), isso acontece porque a categoria verbal define a fase, que é enviada para PF e para LF e sobre o domínio da qual o significado da raiz é negociado. No que concerne à representação em (24), a categoria verbal simplesmente assume o significado definido pela fase determinada pela categoria nominal imediatamente dominada por ela.

A previsão que se pode fazer aqui é a de que o significado das nominalizações em *-ada* representadas em (23) será, exatamente como os verbos dos quais elas se formam, independente do significado de seus nomes correspondentes. A previsão se confirma pela possibilidade de co-ocorrência entre algumas nominalizações em *-ada* e nomes derivados de raízes diferentes das que derivam tais nominalizações. Os exemplos de (25) a (28) podem ilustrar esse fato:

- (25) O João deu uma esfaqueada no ladrão com um punhal velho.
- (26) O João deu uma cabeçada na bola com a testa.
- (27) O João deu uma martelada no prego com uma esponja de banho.
- (28) O João deu uma remada com o pé da frente.

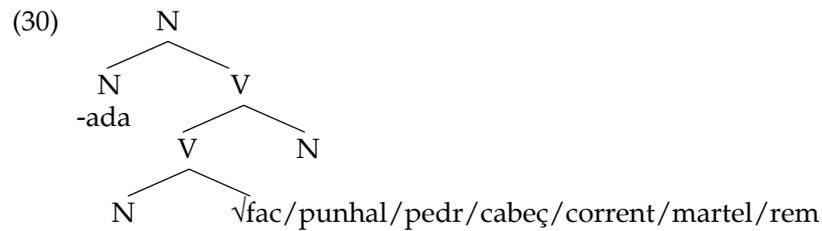
Por outro lado, a nominalização representada em (24), assim como o verbo do qual ela deriva, depende do significado de seu nome correspondente e não aceitará co-ocorrer com nomes derivados de outras raízes:

- (29) *O João deu uma parafusada no pé da mesa com um prego.

As nominalizações em *-ada* discutidas até este ponto do trabalho representam aquelas que têm uma leitura aspectual especial de diminutivização. Proponho que elas sejam representadas por duas estruturas diferentes, dependendo de acarretarem ou não a existência de nomes correspondentes: se acarretarem, o verbo do qual a nominalização deriva se forma de um nome; caso contrário, o verbo que dá origem à nominalização se forma diretamente da raiz.

No entanto, como já foi apontado antes, há ainda outro tipo de nominalização em *-ada*, que não aceita a leitura aspectual de diminutivização. Esse tipo de nominalização foi apresentado na tabela (7). Também se falou que, apesar de não derivarem de verbos, essas nominalizações têm leitura de eventualidade. Por esse motivo, proponho que nominalizações do tipo apresentado na tabela (7) derivem de uma categoria verbal com um núcleo nulo. A

categoria verbal, ela mesma, tem de derivar de um nome, já que ela representará sintaticamente uma expressão lingüística que denota uma eventualidade. Tal eventualidade acarreta, necessariamente, a existência de uma determinada entidade que será, por sua vez, representada por um nome específico. A eventualidade de atingir alguém com uma *facada*, por exemplo, acarreta a existência de uma entidade representada pelo nome *faca*, da mesma forma que a eventualidade de dar uma *correntada* em alguém acarreta a existência de uma entidade representada pelo nome *corrente*. Assim, a categoria nominal que se associa à raiz é responsável por fechar a primeira fase na derivação e negociar o significado da raiz nesse contexto nominal. Portanto, sugiro que a representação sintática para as nominalizações do tipo de *facada*, *punhalada*, *pedrada*, *cabeçada*, *correntada*, *martelada* ou *remada* no segundo tipo de CVLs seja como (30):



Observe que a projeção aspectual não está presente na estrutura que representa nominalizações desse tipo, uma vez que sua interpretação não envolve a diminutivização da eventualidade denotada.

A evidência de que tais nominalizações dependem do significado de seu nome correspondente¹⁴ vem dos exemplos de (31) a (34), todos mal formados em PB:

- (31) *O João deu uma facada no ladrão com um punhal velho.
- (32) *O João deu uma cabeçada na parede com a testa
- (33) *O João deu uma martelada no ladrão com uma esponja de banho.
- (34) *O João deu uma remada no ladrão com o pé da frente.

¹⁴ Essas nominalizações derivam de uma categoria verbal que depende da existência de um nome específico, não aceitando co-ocorrer com nomes derivados de raízes diferentes.

A co-ocorrência entre a nominalização e um nome derivado de outra raiz, expressando o instrumento utilizado para o desenvolvimento da eventualidade denotada na sentença, é a razão para sua má-formação.¹⁵

O que temos até agora, então, é a proposta de três estruturas diferentes para representar as nominalizações em *-ada* nas CVLs do PB. Em particular, são sugeridas as representações em (23), (24) e (30): (23) representa as nominalizações que se formam de verbos que derivam diretamente de suas raízes e para as quais a interpretação de eventualidade diminutivizada se aplica naturalmente na CVL; (24) representa as nominalizações formadas de verbos que derivam de seus nomes correspondentes e que também admitem a leitura de diminutivização em CVLs; finalmente, (30) é a representação das nominalizações que se formam a partir de uma categoria verbal com núcleo nulo, que toma como complemento uma categoria nominal. Para essas nominalizações, a interpretação de diminutivização na CVL não está disponível.

Por duas razões, as representações propostas acima sugerem que a categoria verbal presente em (30) pode ser de natureza diferente da categoria verbal que aparece em (23) e (24): em primeiro lugar, se a projeção aspectual, que carrega traços associados às propriedades semânticas da eventualidade denotada, aparece em (23) e (24), mas não em (30), pode-se imaginar que, enquanto os traços da categoria verbal nas representações em (23) e (24) são compatíveis com uma projeção aspectual, os que estão contidos na categoria verbal de (30) não apresentam essa compatibilidade. Além disso, enquanto a categoria verbal em (23) e (24) apresenta evidências de que seu núcleo nem sempre é nulo (tais como os afixos verbais *es-*, *a-*, *-ear* ou *-ejar*), é imperativo que a categoria verbal em (30) tenha como núcleo um elemento nulo.

Parece, então que o que realmente faz a diferença entre as nominalizações em *-ada* é a natureza da categoria verbal que ocorre em sua estrutura. Esse ponto será discutido na próxima seção.

Alguns dados novos: itens de polaridade

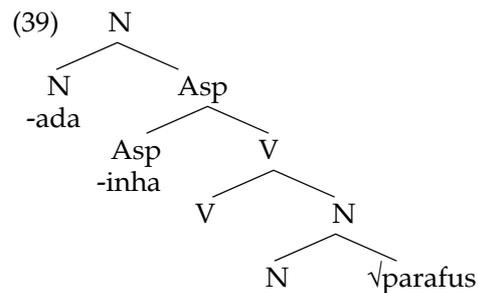
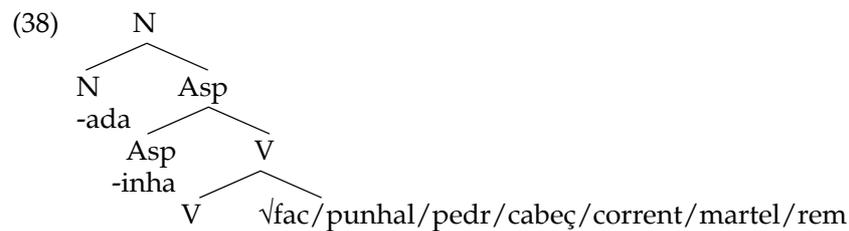
Nesta seção apresento alguns fatos novos sobre as nominalizações em *-ada* em CVLs que mostram que elas são diferentes em outros aspectos também: a nominalização em *-ada* que ocorre em

¹⁵ Nesse aspecto, esse tipo de nominalização em *-ada* quase se equipara ao segundo tipo descrito nesse trabalho, diferindo dele apenas pela impossibilidade de interpretação de eventualidade diminutivizada.

sentenças do tipo de (1a), (2a) e (3a) aceitam um sufixo diminutivo, como se pode ver em (35), (36) e (37):

- (35) O João deu uma lidinha no artigo.
- (36) O João deu uma marteladinha no prego.
- (37) O João deu uma remadinha até a margem.

A interpretação que se obtém de cada uma das sentenças em (35), (36) e (37) é essencialmente a mesma que foi descrita para CVLs sem o sufixo diminutivo na nominalização na seção 2 deste trabalho: elas denotam uma eventualidade incompleta, mais rápida ou mais breve que a eventualidade denotada por uma sentença com um verbo correspondente. Com base nesses fatos sugiro que o sufixo diminutivo *-inha* ocupe a posição de núcleo da categoria **Asp** em (38) e (39). Essa mesma posição ficará vazia em (23) e (24), já que as sentenças que elas representam não contêm o sufixo diminutivo. A leitura aspectual de diminutivização se mantém, no entanto, devido aos traços semânticos relevantes da categoria **Asp**.



As sentenças em (4a) e (4b), por outro lado, não aceitam a presença desse sufixo, como se pode ver em (40) e (41):

- (40) O João deu uma *marteladinha no ladrão.
- (41) O João deu uma *remadinha no ladrão.

A estrutura em (30) faz essa previsão, uma vez que não projeta **A_{sp}P**, a projeção responsável por alojar o sufixo diminutivo. Entretanto, no contexto de um item de polaridade, nesse caso um item de polaridade diminutiva tal como *à toa* ou *de nada*, os dois tipos de nominalização parecem aceitar bem o sufixo diminutivo:

- (42) O João deu uma **lidinha à toa** no artigo.
- (43) O João deu uma **marteladinha à toa** no prego
- (44) O João deu uma **remadinha à toa** até a margem
- (45) O João deu uma **marteladinha à toa** no ladrão
- (46) O João deu uma **remadinha à toa** no ladrão

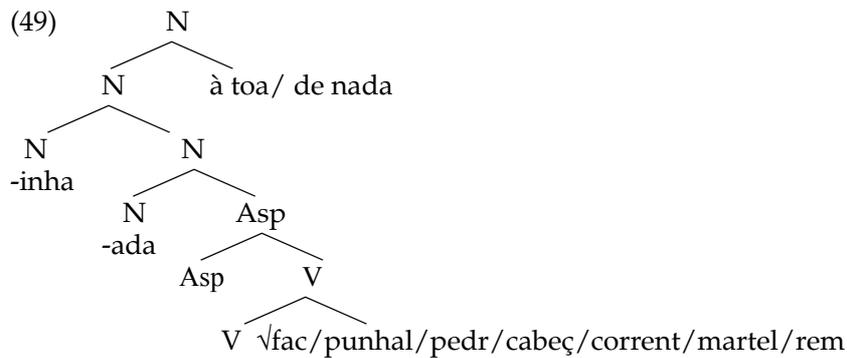
É importante observar que, mesmo quando o sufixo diminutivo co-ocorre com a nominalização em *-ada* do último tipo, como nos exemplos em (45) e (46), ele não traz para a sentença a mesma interpretação que ele traz para (35), (36) e (37), em que o item de polaridade diminutiva não está presente. Na realidade, nem mesmo as sentenças de (42) a (44) podem ser interpretadas da mesma forma que as que aparecem nos exemplos de (35) a (37): as eventualidades denotadas por todas as sentenças de (42) a (46) nunca poderão ser tomadas como singularizadas, incompletas, mais rápidas ou mais breves. Serão, antes, interpretadas como *sem importância*. Em (45), por exemplo, a expressão *marteladinha de nada* denota uma eventualidade de bater com o martelo em alguém ou alguma coisa, que não tem a importância canonicamente atribuída a uma eventualidade do tipo expresso por *martelada*.

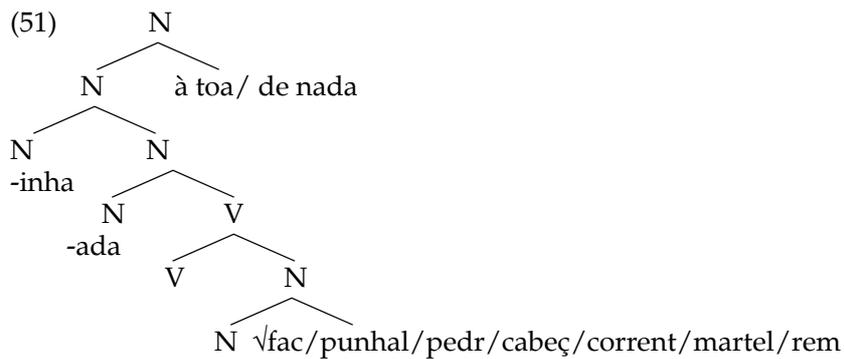
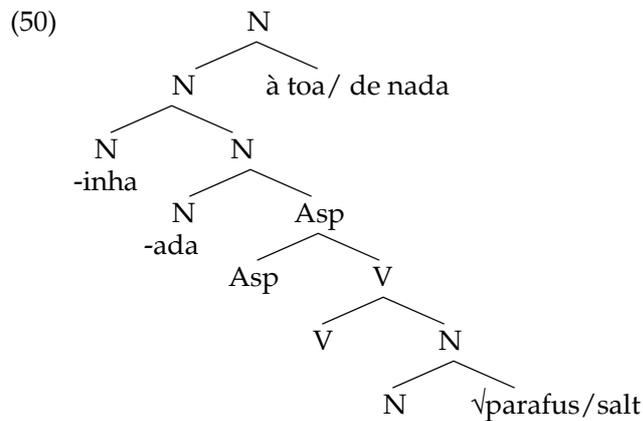
Essa interpretação remete, certamente, a um tipo de diminutivização. Gostaria de sugerir, no entanto, que não se trata do mesmo tipo de diminutivização descrito e discutido nas seções anteriores desse trabalho, ou seja, da diminutivização de uma eventualidade na comparação com a eventualidade denotada por uma sentença com um verbo correspondente à nominalização. Repare que a projeção aspectual das representações em (23) e (24) domina imediatamente a projeção verbal na estrutura da nominalização. Isso quer dizer que os traços semânticos da projeção aspectual têm escopo sobre a projeção verbal, ou seja, a diminutivização se aplica a uma eventualidade denotada por uma expressão verbal. Acredito que a diminutivização do tipo *sem importância* se aplique à eventualidade denotada pela nominalização propriamente dita e não à eventualidade denotada pelo verbo do qual se forma essa nominalização. Na realidade, o mesmo tipo de diminutivização se aplica a nomes em geral, minimizando sua importância. Veja os exemplos dos diálogos abaixo:

- (47) A: Não gostei do que o João fez. Ele deu uma flor pra minha namorada.
 B: Ah, não se preocupa com isso. Foi uma **florzinha de nada!**
- (48) A: O João comprou um carro.
 B: Carro? Um **carrinho de nada!**

Portanto, é natural que se suponha que, ao entrar na derivação, o sufixo diminutivo *-inha* o faça associando-se diretamente à projeção nominal responsável pela formação da nominalização, e não como núcleo da projeção aspectual que domina a projeção verbal. Isso não significa que o efeito geral de diminutivização presente no primeiro caso de CVL esteja perdido se o sufixo *-inha* não se realizar foneticamente, como morfema correspondente aos traços semânticos de **AspP**. A eventualidade denotada pelo verbo ainda mantém a leitura de diminutivização por causa da presença da projeção **AspP**. Por motivos que devem ainda ser esclarecidos, essa projeção nunca poderá se realizar foneticamente, se o item de polaridade diminutiva ocorrer na sentença. Além disso, também será necessário encontrar uma explicação para o fato de que a interpretação de *sem importância* só ocorrerá com a presença de expressões polarizadas.

Os diagramas abaixo são as sugestões de representação para as sentenças às quais se atribui a interpretação de eventualidade *sem importância*:





É fato conhecido de todos que itens de polaridade negativa devem ocorrer em contextos nos quais a propriedade semântica ou pragmaticamente relevante seja acessível. Sem a satisfação dessa condição, as sentenças que os contêm serão mal-formadas, como mostra o exemplo abaixo:

(52) No one/*Someone has ever appeared.

Em (52), o constituinte negado fornece o contexto necessário para tornar o item de polaridade negativa *ever* aceitável. A ocorrência de itens de polaridade deve ser licenciada por propriedades semânticas ou pragmáticas compatíveis,¹⁶ que devem estar acessíveis a eles. Em outras palavras, um item de polaridade só será licenciado se ocorrer no escopo de um marcador apropriado:¹⁷ um

¹⁶ Cf. Ladusaw (1979, 1980), Chierchia (2001), Krifka (1992, 1995) entre muitos outros.

¹⁷ Cf. Haegeman (1995), Laka (1994), Szabolcsi (2002) e outros.

marcador negativo para um item de polaridade negativa, por exemplo. Isso significa que é uma combinação de informações sintáticas e semânticas ou pragmáticas que determina a possibilidade de ocorrência de um item de polaridade em uma sentença. Nas estruturas de (49) a (51), o item de polaridade encontra-se dentro do escopo de *-inha*, o marcador diminutivo, satisfazendo as condições de licenciamento.

Conclusão

Neste trabalho, analisei as CVLs com *dar* no PB e descrevi a ocorrência de, pelo menos, dois tipos dessas construções: um deles expressa uma eventualidade diminutivizada, enquanto o outro não tem esse significado, necessariamente. Em alguns casos, nominalizações foneticamente idênticas podem ocorrer em CVLs para as quais interpretações diferentes são atribuídas. Para dar conta dessa diferença, enfatizei o papel crucial que as categorias funcionais presentes na derivação das nominalizações de cada tipo de CVLs desempenham na determinação de sua interpretação: uma projecção aspectual estará presente na derivação para a qual uma leitura de diminutivização pode ser atribuída, mas não na derivação da nominalização que não será interpretada como diminutivizada. Também encontrei evidências para argumentar em favor da existência de três tipos de nominalizações em PB, dependendo de sua correlação obrigatória ou não com a existência de um nome correspondente.

O trabalho confirma a sugestão de Arad de que algumas palavras derivam de raízes e algumas outras derivam de outras palavras (esse é o caso de todas as nominalizações em *-ada*) e sugere que a idéia de que o primeiro núcleo funcional que se associa à raiz determina uma fase deve estar no caminho certo. Investigações adicionais sobre as CVLs do PB poderão, certamente, trazer mais luz para a discussão.

Referências

- Alexiadou, A. (2001) *Functional Structure in Nominals: nominalization and ergativity*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Arad, M. (2003) Locality Constraints on the interpretation of roots: the case of Hebrew denominal verbs. *NLLT*, 21, 737-778.
- Basílio, M (1999) “Padrões de configuração estrutural de unidades lexicais”. In: Lélia Parreira Duarte (coord.) *Para Sempre em Mim - Homenagem a Profa. Ângela Vaz Leão*. BH, Editora PUC MINAS, pp 205 a 212.

- Chierchia, G. (2001). Scalar implicatures, polarity phenomena, and the syntax/pragmatics interface. Ms. University of Milan.
- Chomsky, N. (1999) Derivation by phase, *MITOPL* 18. Re-impresso em Michael Kenstowicz (ed.) (2001) *Ken Hale: a Life in Language*, 1-52, Cambridge, MA: The MIT Press.
- Diesing, M (1998) Light verbs and the syntax of aspect in Yiddish, *The Journal of Comparative Germanic Linguistics*, 1, 119-115.
- Haegeman, L. (1995). *The syntax of negation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Halle, M. & A. Marantz (1993) Distributed morphology and the pieces of inflection. In S. J. Keyser & Kenneth Hale (eds.) *The View from Building 20*, MIT Press, Cambridge. 111-176.
- Kiparsky, P. (1982) Word formation and the lexicon. In F. Ingeman (ed.), *Proceedings of the Mid-America Linguistics Conference*, University of Kansas.
- Krifka, M. (1992). Some remarks on polarity items. In D. Zaefferer (Ed.), *Semantic Universals and Universal Semantics*, Berlin: Foris, 150–189.
- Krifka, M (1995). The semantics and pragmatics of polarity items. *Linguistic Analysis*, 25, 209–257.
- Ladusaw, W. (1979). *Polarity sensitivity as inherent scope relations*. PhD thesis, University of Texas at Austin.
- Ladusaw, W (1980). *Polarity Sensitivity as Inherent Scope Relations*. Garland.
- Laka, I. (1994). *On the syntax of negation*. New York and London: Garland Publishing.
- Marantz, A. (1997) No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon, in *University of Pennsylvania Working Papers* 4.2.
- Marantz, A. (2001) Words, Paper presented at the WCCFL, as a Keynote Speaker, at USC.
- Scher, A. P. (2004) *As Construções com o Verbo Leve dar e as Nominalizações em –ada no Português do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.
- Scher, A. P. (2004) Categorias aspectuais e as construções com o verbo leve dar. Trabalho apresentado no XIX ENANPOLL, Maceió, Brasil, 28/06 a 2/07/2004.
- Szabolcsi, A. (2002). *Positive Polarity-Negative Polarity*. Ms. New York University.